

25 ABR 2004

JORNAL DO BRASIL

ENTREVISTA / EDUARDO GIANNETTI

Sônia Araripe, Cristiane Costa e Rodrigo de Almeida

# “País corre risco de retrocesso”

– O senhor está otimista com a política macroeconômica?

– O pior já passou. Tivemos crescimento muito baixo nos últimos três anos. A economia brasileira foi acometida por uma sucessão de choques adversos desde a crise argentina, a recessão mexicana, o 11 de Setembro, o apagão, a crise da sucessão presidencial, toda essa incerteza política que gerou um enorme estresse financeiro. O ano de 2003 foi de transição. O novo governo foi testado e houve uma certa reconquista de credibilidade e de convergência de expectativas. A política macroeconômica de curto prazo foi bem-sucedida, porque conseguiu restaurar a credibilidade do sistema de metas inflacionárias. Isso nos coloca num período que chamo de recuperação cíclica. Significa que as empresas estarão operando em um nível um pouco mais próximo de sua plena capacidade, diminuindo o grau de ociosidade no quadro produtivo.

– E o crescimento sustentável?

– É um passo que o Brasil não vem conseguindo dar há muito tempo. Depende de capacidade de investimento tanto do setor privado quanto do setor público e de um ambiente institucional favorável a investimentos, especialmente no longo prazo. As duas coisas, tanto a capacidade de investimento, ou seja, a proporção de recursos que a sociedade consegue alocar para formação de capital, quanto o ambiente institucional estão muito mal resolvidos.

– Ambiente institucional, no caso...

– São direitos de propriedade, confiabilidade nos contratos, lei de falência, sistema trabalhista, sistema tributário... Há um rol de questões que não favorecem a retomada de ampliação da capacidade produtiva em caráter permanente. Aí entram duas questões: capacidade de investimento e ambiente institucional.

– A falta de capacidade de investimentos é um problema ainda grave?

– O que está ocorrendo de um tempo para cá é um fenômeno que no jargão econômico é chamado de *clouding out*. É um deslocamento de recursos de um determinado setor da sociedade para outro, que prejudica a capacidade de investir. No Brasil, temos uma drenagem enorme de recursos do setor privado para o setor público. E esses recursos no setor público são gastos correntes, não investimento. A carga tributária hoje é de 36% do PIB. Estamos falando de R\$ 36 de cada R\$ 100 da sociedade que vão direto para o governo. Temos ainda um déficit nominal de 4% a 5% do PIB. Então mais de 40% da renda nacional são intermediados pelo Estado brasileiro. E você constata que este Estado tem capacidade mínima de investimento. É deficiente o investimento em saúde pública, educação fundamental, segurança pública.

– E para onde vão esses 40% do PIB?

– É uma pergunta fundamental. Há três pontos essenciais. Primeiro, os juros. Em condições normais estamos falando de pagamento de juros sobre a dívida interna e externa em torno de 7% a 8% do PIB. Temos mais 6% do PIB, que é o déficit da Previdência (INSS mais setor público). Então são 13% do PIB. Será que é só isso? Sobram 27% livres para gastar na saúde, na educação, na segurança, e não acontece. E tem o problema do federalismo. É uma coisa que vem se agravando de 1988 para cá. Havia um Estado altamente centralizador no regime militar. Em 1988, decidiu-se partir para um outro modelo, o chamado Estado federativo, para aumentar a participação dos Estados e municípios nos recursos tributários. Só que o sistema antigo não foi desmontado. Ficou um híbrido, saiu dos trilhos de um e não entrou nos trilhos de outro.

– Há hoje uma série de pressões sobre o governo, em particular do setor público e dos movimentos sociais. Como o governo reagirá a isso?

– Existe uma chance de uma guinada

Tão brilhante quanto original, o economista Eduardo Giannetti já publicou estudos sobre temas que vão da ética à felicidade. Agora, dedica-se à pesquisa do que chama de “filosofia dos juros”. Numa comparação com a biologia, ele analisa as trocas que os indivíduos fazem entre os ganhos e gastos do presente e do futuro. Para isso, passará por um retiro intelectual de quatro a cinco meses. “Muitas vezes estou remando de costas para um objeto de estudo. Quando o barco vira, eu me dou de frente com o tema.”

Mas não é só com essa pesquisa que ele se preocupa. Giannetti alerta para os riscos de um governo hoje imobilizado pela ausência de crescimento e por um Estado que drena 40% do PIB do setor privado para o

setor público. E, mesmo assim, é incapaz de realizar investimentos. “Pagamos por dois Estados sem retorno nenhum”, diz. O professor compara o governo a um cérebro. “São como os dois hemisférios do cérebro, o direito e o esquerdo, que não se comunicam e tocam músicas diferentes. É um governo dissociado.”

Para Giannetti, diante das inevitáveis pressões, Lula e o PT podem dar uma “guinada populista” – uma maior tolerância com a inflação que poderá afetar a confiabilidade da política macroeconômica.

Aos 47 anos, o professor do Ibmec Educacional e PhD em Cambridge elogia a decisão do Supremo de reduzir o número de vereadores e condena as articulações para manter o que considera mais uma farra de gastos no país.



André Lobo

populista, especialmente quando ficar claro que, passada a recuperação cíclica, o crescimento sustentável possível no Brasil é muito baixo. Acredito em crescimento de 3% ou 3,5%, o que vai causar frustração. Em época de eleição presidencial, a fadiga dessa política econômica será muito grande, e o risco de uma guinada populista é ponderável. Guinada populista significa tolerância com a inflação, o que resolve muitos problemas, mas dá alento apenas no curto prazo.

– Já se discute a revisão das metas de inflação. Até onde é possível ir?

– O governo lutou duramente para restaurar a meta de inflação com uma coisa crível. Seria um enorme retrocesso se depois de ter vencido essa batalha o governo entregar os pontos, flexibilizando as metas daqui para frente. Não é por uma maior tolerância com a inflação que vamos atingir o crescimento sustentável. Política monetária não produz crescimento. Produz recuperação cíclica. Já se fez o que dava para fazer. A partir daí, o enredo do crescimento é outro.

– Há um viés estatizante no governo? Esse viés é ruim para a economia?

– O governo tem um problema. A imagem que uso é de um cérebro com dois hemisférios desconectados. Há um hemisfério que é o Ministério da Fazenda e o Banco Central, que estão fazendo política econômica de curto prazo tentando melhorar a confiabilidade do ambiente econômico. No outro hemisfério há as áreas não-econômicas do governo, com exceção do Ministério da Agricultura, que escapa um pouco. Pensando o resto do governo, todos são estatizantes, interventionistas e muito afeitos à improvisação. É um governo dissociado. Em neurologia a gente fala do feixe de nervos que liga o hemisfério direito ao esquerdo, coordenando a ação do cérebro. O governo tem dois hemisférios que não se comunicam e tocam músicas diferentes. Isso não vai durar muito. Um hemisfério vai acabar dominando o outro. A guinada populista seria o hemisfério interventionista tomando a área econômica. Ou pode acontecer o contrário.

– Isso seria curioso...

– Mas tanta coisa curiosa já aconteceu no governo do PT (*risos*)! Por

exemplo, ele ir ao FMI sem precisar.

– Foi uma surpresa para o senhor?

– Fernando Henrique teve o pretexto de que foi ao FMI numa emergência, porque não tinha alternativa, o país estava à beira do precipício. Lula foi ao FMI sem emergência.

– Mas a relação da Argentina com o FMI foi um pouco mais tensa. Kirchner negociou com maior altivez.

– Eles estão fora do mercado, não têm nenhum relacionamento, de Estado, com o mercado financeiro global, o que é péssimo para eles. Portanto, hostilizar o Fundo é um gesto político sem maiores consequências. Não é a nossa situação. A Argentina está inadimplente, tenta pagar o que pode de uma dívida que não tem como arcar. É uma situação muito diferente.

– A Argentina errou ou tem uma economia diferente?

– A amarração da economia argentina ao câmbio fixo já a deixava numa situação quase impossível de sair. O Brasil teve muita sorte de escapar de um trauma desses. As coisas na Argentina tendem a se exacerbar. A Argentina entrou num mecanismo psicológico muito perigoso. Numa palestra para empresários argentinos, avantei a possibilidade de aquele sistema cambial não se manter no futuro. Eles acharam que eu era um traidor. Essa negação da realidade é muito perigosa. Tivemos uma coisa parecida no Plano Cruzado, mas não fazemos isso com tanta virulência. Nosso grau de tolerância com o descaramento da política é enorme.

– Pode dar um exemplo?

– Há uma questão mexendo com meu sistema nervoso. O Supremo acolheu uma iniciativa do Ministério Público de São Paulo para aplicar a lei de proporcionalidade nas câmaras de vereadores. Parte desse problema federativo foi a proliferação de municípios no Brasil. Temos 5.561 municípios, cada um com Câmara de Vereadores, à média de 11 vereadores por Câmara, o que dá em torno de 61 mil. Por baixo isso custa US\$ 1 bilhão por ano, numa conta conservadora. No mínimo R\$ 3 bilhões por ano.

– O Supremo julgou pela redução.

– Isso, o Supremo julgou uma lei para

o país inteiro determinando o corte de 8.500 vereadores. Uma grande iniciativa. Mas no Congresso já há três leis, uma delas até para aumentar o número de vereadores. As coisas são escabrosas. Já apareceu gente dizendo o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece um teto para o que o município pode gastar com o Legislativo. Com a nova lei, os municípios que estão no teto vão ficar abaixo do teto, portanto vão aumentar o salário dos vereadores que ficam. Não haverá economia! Se a sociedade aceitar isso, a nossa democracia está muito mal. É um grande descaramento, uma falta de compromisso cívico.

– Depois da felicidade, o que o senhor está estudando?

– Aí mudamos de canal (*risos*). O título provisório é *A filosofia dos juros*. Acharmos que juro é uma coisa do mercado financeiro. Não é. Há muitas situações em que se abre mão de alguma coisa no presente em troca de um benefício no futuro. Ocorre isso no comportamento animal e até no comportamento vegetal. As árvores já têm juros embutidos. Como funciona? No início da primavera, a árvore tem um estoque de energia armazenado. Pode usá-lo de duas maneiras. Ou faz folhas, com um retorno rápido a um custo menor, ou produz frutas e sementes lá na frente. Ela precisa distribuir intertemporalmente essa energia. Mas se a árvore escolher fazer as folhas, pela fotossíntese a folha vai metabolizar energia solar e transformá-la num estoque que poderá ser usado mais adiante. Esse estoque é o principal capital. Isso vai permitir a ela aumentar a produção de frutas e sementes. É lógico que isso não é deliberado, mas, no processo de seleção natural, os biólogos chamam de evolução da paciência. O juro é uma medida da impaciência. Da impaciência de uns e da paciência de outros.

– Credores e tomadores.

– Para o poupador, a paciência. Para o tomador, o contrário. Um é o juro, outro é o desconto. O envelhecimento humano é uma troca intertemporal. É uma situação de “vive agora e pague depois”. Você antecipa celularmente o melhor da sua energia e, depois, paga. Todos nós pagaremos.



A economia brasileira foi acometida por uma sucessão de choques, mas o pior já passou. Estamos em um período que chamo de recuperação cíclica



Guinada populista significa tolerância com a inflação, o que resolve muitos problemas mas dá alento apenas no curto prazo



FH teve o pretexto de que foi ao FMI numa emergência, porque não tinha alternativa. Lula foi ao FMI sem emergência